

TRADUÇÕES

EXISTE, HOJE, UM IMPERIALISMO EUROPEU?*

Domenico Losurdo**

Tradução: Giulia Crippa***

Revisão técnica: Maria Margarida Cavalcanti Limena****

A redescoberta de Lênin

É possível, ainda, falar em “imperialismo”? Há algum tempo atrás, um livro de grande sucesso, de autoria de dois autores que se filiam ao movimento comunista, decretou seu fim. As fronteiras nacionais e estatais, os conflitos entre as grandes potências teriam perdido seu sentido e o mundo resultaria unificado em um único Império. A situação atual seria radicalmente diversa daquela analisada e enfrentada por Lênin. Todavia, escrevendo seu ensaio sobre imperialismo, o grande revolucionário se refere à “obra inglesa fundamental sobre imperialismo”, de Hobson,¹ publicada, em primeira edição, em 1902. Ainda era recente a lembrança da expedição conjunta que, dois anos antes, reprimira em sangue a revolta dos Boxer na China. Mesmo pontuada por massacres contra os “bárbaros”, a empreitada fora comemorada, por seus ideólogos e por ampla opinião pública no Ocidente, como a realização do “sonho de políticos idealistas, os Estados Unidos do mundo civilizado”.² A empreitada não havia posto, unidas, todas as potências da época?

Não é tão importante, aqui, ressaltar que, num curto prazo, o abraço internacional do capital teria cedido lugar à carnificina da Primeira Guerra Mundial. Em vez disso, convém nos concentrarmos no fato de que, historicamente, a categoria imperialismo começa a se afirmar, não em referência ao conflito entre as grandes potências (latente ou agudo, conforme as circunstâncias e as relações de força), mas sim para responder, em primeiro lugar, a uma outra exigência. Se Theodore Roosevelt, em 1904, comemora as empreitadas coloniais como operações de “polícia internacional”, levadas a cabo pela “sociedade civilizada” em seu complexo,³ aqueles que falam em imperialismo, no mesmo período, são aqueles que denunciam a realidade da guerra, dos massacres, da opressão nacional e da exploração econômica a que são submetidos os povos das colônias e semicolônias.

Pode-se compreender bem, então, aquilo que ocorre nos nossos dias. À eliminação da categoria de imperialismo corresponde a transfiguração renovada das guerras coloniais enquanto operações de polícia internacional. Michael Hardt, autor, em conjunto com Negri, do afortunado *Império*,⁴ justificou a guerra contra a Iugoslávia, de maneira ao mesmo tempo tortuosa e muito eloqüente: “Devemos reconhecer que essa não é uma ação do imperialismo americano. É, de fato, uma operação internacional (ou, na verdade, supranacional). E seus objetivos não são norteados pelos limitados interesses nacionais dos Estados Unidos: ela é efetivamente finalizada para tutelar os direitos humanos (ou, na verdade, a vida humana)”.⁵ Apesar da retórica novidadeira, parece que estamos relendo Theodore Roosevelt!

Efetivamente, tampouco é nova a tese do desaparecimento da nacionalidade e da questão nacional contra a qual Marx, então, sentia a necessidade de polemizar. Lafargue se dá ao trabalho de repetir que “toda nacionalidade e as nações enquanto tais” seriam “*dês préjugés surannés*”; na realidade, “de maneira totalmente subconsciente, por negação das nacionalidades ele entende sua absorção na nação francesa modelo”.⁶ O internacionalismo presumidamente realizado revela-se, na realidade, uma manifestação de chauvinismo de grande potência. É a dialética que acabamos de ver em Hardt. Partindo do pressuposto de um Império, de um Estado mundial, que abarca a humanidade por inteiro (e que, obviamente, dispõe de uma polícia própria), as “operações de polícia internacional” desencadeadas pelas grandes potências ocidentais e, em primeiro lugar, pelos Estados Unidos, podem, no máximo, ser criticadas enquanto excessivamente enérgicas ou insuficientemente imparciais; porém, elas não podem ser contestadas em sua raiz, enquanto expressão de relações político-sociais fundadas na lei do mais forte, na violência intrínseca ao imperialismo, o que pesa como ameaça terrível sobre todo país inclinado a defender sua independência.

Não é por acaso que a categoria de imperialismo é hoje redescoberta por intelectuais eminentes, de orientação burguesa, mas, de qualquer maneira, angustiados com o desenvolvimento da situação internacional e pelo peso crescente, nos Estados Unidos, de círculos explicitamente belicistas. E não se trata absolutamente de intelectuais abstratos. Até mesmo políticos de maior realce, como o senador americano Ted Kennedy e o ex-chanceler alemão Helmut Schmidt não hesitam em falar, com relação à administração Bush, em imperialismo ou em tendências imperialistas.⁷

Nesse sentido, poderíamos afirmar que, a partir da tentativa de fornecer uma resposta a algumas perguntas prementes para alguém preocupado com os destinos da paz (Por que a derrota do “campo socialista” abriu o caminho, não tanto para um afrouxamento, mas

para um enrijecimento da situação internacional? Por que à guerra fria se seguiu não tanto a paz perpétua prometida pelos vencedores, mas uma série de guerras quentes que parece não ter fim?), assiste-se a uma redescoberta de Lênin até em campo burguês.

Um estranho elenco

Se a categoria de imperialismo é inevitável, a que países devemos aplicá-la? Conforme *Contropiano* (fevereiro de 2003), a situação internacional atual seria caracterizada pela “competição”, cada vez mais intensa, “entre o nascente pólo imperialista europeu com os outros pólos (EUA, Japão, China)”. Diante desse quadro, aliás, esse elenco, algumas perguntas se impõem desde já. Mas por que não inserir na lista a Rússia, que até hoje dispõe de um arsenal nuclear inferior somente ao da superpotência americana? Ou, por que não a Índia? Certo, seu produto interno bruto é inferior ao da China, porém, o percentual destinado ao orçamento militar é sensivelmente superior, ao menos segundo os dados trazidos no volume atualizado da *Enciclopédia Britânica* de 2002. Em todo caso, a Índia é uma potência nuclear, alimenta “ambições desmedidas”, conduz “uma política de potência cínica”, “multiplicou as intervenções no Sri Lanka de 1987 até 1990” e desenvolveu uma marinha de guerra nada desprezível, que exhibe sua força até o “Estreito de Málaca”.⁸ Tudo isso se faz acompanhar da ascensão de uma ideologia que celebra a “supremacia hindu” e “ariana”,⁹ é essa ideologia que levou o governo do Bharatya Party (PJP) a fechar um olho, ou ambos, sobre os pogroms anti-islâmicos; e é na base da fobia islâmica e do anti-semitismo anti-árabe que a Índia estreitou fortes laços com os Estados Unidos e Israel. A volta do Partido do Congresso à direção do país conseguirá modificar essas tendências e orientações?

Ou, ainda, por que não inserir no elenco dos “pólos imperialistas” um país como o Brasil? Sua renda *per capita* é de, aproximadamente, cinco vezes a da China, e não faltam as vozes que atribuem ambições nucleares ao grande país latino-americano. É verdade que, em referência ao produto interno bruto, uma certa distância separa o Brasil da China; porém, essa distância não é, de fato, superior àquela que separa a China, não diremos dos EUA ou do Japão, ou da União Européia em sua totalidade, mas até da Alemanha considerada isoladamente. Às perguntas aqui formuladas, o artigo de *Contropiano* por mim criticado responde indiretamente, na medida em que evidencia a competição “entre as economias mais fortes e/ou os pólos imperialistas”. E, então: “pólo imperialista” é sinônimo de potência econômica (avaliada em termos de produto interno bruto). A essa altura, para compilar o elenco dos pólos imperialistas é suficiente reproduzir a classificação dos países com mais

alto produto interno bruto. Todavia, longe de ser objetivo, o elenco se revela totalmente arbitrário: não se entende por que deve incluir a China e encerrar-se com ela, em vez de parar antes ou de prosseguir além.

A abordagem estatística retira do jogo a história, a política, a ideologia. A única coisa que realmente importa é o empirismo imediato do montante do PIB, acarretando conseqüências paradoxais. Se o crescimento econômico da China viesse a se bloquear, ela deixaria de ser um país ou um pólo imperialista; porém, o Brasil de Lula tornar-se-ia imperialista, caso viesse a ter sucesso em sua tentativa de se subtrair ao abraço neocolonialista da Alca e de impulsionar o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma. Os países mais importantes do Terceiro Mundo são, assim, colocados diante de uma alternativa constrangedora: continuar ou voltar a ser uma semicolônia, ou se tornar uma potência imperialista! Se quiserem evitar a acusação de imperialismo, devem se resignar à derrota política ou ao fracasso no plano econômico!

O papel da China

Tentemos, novamente, fazer intervir a história, a política, a ideologia. Às vésperas das Guerras do Ópio, a China encontrava-se, com certeza, nos primeiros lugares na classificação dos países com mais alto produto interno bruto; porém, não é isso que a define como um país imperialista, como confirmam a terrível opressão e humilhação que ela começa a sofrer logo depois. E nos nossos dias? Admitamos abstrair o fato de que, no grande país asiático, quem detém o monopólio do poder político é um Partido Comunista que, em seus documentos oficiais, filia-se, até hoje, a Marx, Lênin e Mao, além do Partido Socialista, que, até recentemente, não admitia empresários e, ainda hoje, segundo dados do *Il Sole-24 ore* de 8 de novembro de 2003, compreende uma ampla maioria de operários, camponeses e aposentados. Sim, vamos passar por cima de tudo isso, mesmo que, cedo ou tarde, seja necessário abrir um debate sobre um tema inevitável para os que se filiam a Marx: um Partido Comunista que conquista o poder em um país em condições semicoloniais e de terrível atraso econômico deve se empenhar, em primeiro lugar, em redistribuir os escassos recursos disponíveis (sem resolver, sequer, de forma apropriada, o problema da fome e da inanição) ou, ao contrário, deve pressionar o desenvolvimento das forças produtivas (que constitui pré-requisito para a defesa da independência nacional)? Mas, aqui, nos baseamos na hipótese de que, na China, tenha sido assumido e levado a cabo um processo de restauração capitalista. Devemos considerar imperialista um país que se encontra, basicamente, voltado para seu interior e que vê todas suas forças absorvidas pelo objetivo de

quadruplicar, em vinte anos, o PIB, tal como conseguiu fazê-lo nos vinte anos anteriores? O imperialismo possui, também, uma dimensão ideológica, como revelado, por completo, pelo exemplo dos Estados Unidos, que se autoproclamam uma “nação eleita” e “única”, e que reivindicam seu direito de intervir e levar em frente sua “grande missão” por todas as partes do mundo. Diametralmente oposta é a ideologia reiterada pelo recente Congresso do Partido Comunista Chinês, que, no plano internacional, reafirma os princípios da coexistência pacífica e da igualdade entre os diversos países e, no plano interno, insiste em redobrar os esforços para manter a “estabilidade” e assegurar o bem-estar geral para uma população que chega a um quinto da humanidade! A atenção para os problemas da paz e do desenvolvimento representa um claro elemento de continuidade ideológica em relação ao passado; pense-se, por exemplo, nos anos da conferência de Bandung. Formular a hipótese de uma transformação indolor em um “pólo imperialista” por parte de um país que encabeçou, por um longo tempo, os movimentos de emancipação nacional significa demonstrar – diria Trotsky – um “reformismo revoltado”!

Além disso, podemos considerar definitivamente encerrada a luta de libertação nacional que presidiu o nascimento da República Popular Chinesa? Não se trata somente de Taiwan. A partir, pelo menos, do triunfo dos EUA na Guerra Fria, ressoam com insistência vozes prevendo ou desejando, para o grande país asiático, um fim análogo ao sofrido pela União Soviética ou pela Iugoslávia: “uma nova fragmentação da China é o êxito mais provável” – anunciava um livro de sucesso, publicado em Nova Iorque em 1991.¹⁰ Quatro anos depois, é a revista *Limes* que chama a atenção, desde o editorial, para a aspiração de importantes círculos estadunidenses e ocidentais de desmembrar a China em “muitas Taiwan”. Naquele mesmo número da revista, um ex-general dos alpinos, agora docente de geopolítica, escreve, em relação aos chineses: “Sabem muito bem que sua expansão econômica está suscitando ciúmes e temores, e que o mundo externo, dos Estados Unidos ao Japão e aos estados limítrofes, confia na instabilidade interna e, talvez, na fragmentação do colosso chinês”.¹¹ Quatro anos depois, em 1999, ainda em *Limes*, um outro general se refere, com simpatia, aos estudos de um “especialista” estadunidense que convida a administração de seu país a “enfrentar, de maneira mais coerente, a futura fragmentação da China”.¹² E esses convites não são simples exercícios acadêmicos. Ainda em 1999, ano do bombardeio contra a embaixada chinesa em Belgrado, um destacado representante da administração americana declara que a China, ainda que somente por suas “dimensões”, constituía um problema, ou seja, uma ameaça em potencial para seus vizinhos.¹³ Além disso, o escudo espacial, particularmente caro a Bush Jr., aponta antes de tudo, para colocar o grande país asiático – empenhado em seu desenvolvimento e na corrida para derrotar o atraso – diante de um

dilema: renunciar a um arsenal nuclear crível (e, portanto, expor-se desarmado à chantagem de Washington) ou se deixar envolver em uma corrida para o rearmamento, econômica e politicamente devastadora. Trata-se de uma reedição do “grande jogo”, que levou à dissolução e ao desmembramento da União Soviética.

Portanto, mesmo querendo partir do pressuposto (arbitrário) da reconquista do poder por parte da burguesia na China, suas contradições com os EUA não poderiam ser definidas como competição entre “pólos imperialistas”. Seria preocupante se os marxistas tivessem a capacidade de reconhecer e apoiar uma luta para a libertação e a independência nacional somente quando ela se desenrola em condições desesperadas ou bastante difíceis!

A União Européia não é um Estado

No que concerne às relações entre superpotência americana e União Européia, frequentemente se faz referência à tendência à mudança das relações de força no plano econômico entre esses dois “pólos imperialistas”. Porém, é sem sentido uma comparação entre duas grandezas tão heterogêneas: a União Européia não é um Estado! De que lado se posicionaria a Inglaterra, na hipótese fantasmática de um conflito entre os dois lados do Atlântico? E de que lado ficaria a Itália de Berlusconi? E conseguiria sobreviver o atual, instável, eixo franco-alemão à volta eventual ao poder, na Alemanha, dos atuais democrata-cristãos e, na França, de um Partido Socialista com fortes laços com Israel? Mais uma vez, o economicismo revela-se desviante. Vamos dar uma olhada nas modalidades em que, hoje, se desenrola a corrida para o rearmamento: em 2003, os Estados Unidos gastaram, sozinhos, mais do que os 15-20 países que os seguem juntos. Pareceria ser inatingível a vantagem sobre a qual pode contar a superpotência americana, a qual, todavia, continua acelerando: somente para o setor da pesquisa e desenvolvimento militar, Washington destina recursos financeiros superiores aos orçamentos militares totais de Alemanha e Grã-Bretanha juntos.¹⁴ Enfim: “os EUA gastam, para a Defesa, quase o dobro do conjunto dos outros membros da Aliança (antes da expansão)”.¹⁵

E agora, vamos reler Lênin: a guerra entre potências imperialistas intervém lá onde as relações de força se modificam em favor da potência emergente, e em detrimento daquela até então hegemônica. A dialética que preside à eclosão da Primeira Guerra Mundial ilustra isso de maneira particularmente brilhante, com o declínio da Inglaterra e a ascensão, contemporânea, da Alemanha. Porém, a situação atual é totalmente diferente: as relações de força, certamente, se modificam, mas acrescentando ulteriormente a vantagem de que goza a superpotência americana. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Europa estava

dividida e dilacerada por duas facções diplomático-militares que reuniam os países que, em seguida, se enfrentaram nos campos de batalha; nos nossos dias, vemos operar uma única Aliança, que se amplia cada vez mais, e que continua sob a hegemonia dos Estados Unidos. Nos anos que antecedem 1914, a Inglaterra toca repetidamente o alarme para o progressivo reforço do potencial militar da Alemanha; nos nossos dias, pelo contrário, os EUA açoitam os aliados europeus porque destinam recursos insuficientes ao orçamento militar, correndo assim o risco de não conseguir mais participar, com função subalterna, das expedições punitivas em todos os cantos do mundo, soberanamente decididas por Washington.

Fazer referência ao antagonismo anglo-alemão, e, portanto, à dialética que preside à eclosão da Primeira Guerra Mundial, não nos ajuda de maneira alguma a compreender as atuais relações internacionais. Pelo contrário, mantendo firme a absoluta peculiaridade de cada situação concreta, é um diferente capítulo de história que convém considerar. Em 1814, acaba o duelo que contrapunha Londres e Paris por quase um quarto de século e que até ultrapassara as fronteiras da Europa, configurando-se, aos olhos dos contemporâneos, como uma espécie de guerra mundial. À queda do “imperialismo napoleônico”¹⁶ – assim se expressa Lênin em julho de 1916 – segue a hegemonia sem contraste da Grã Bretanha, que pode, assim, desenvolver sua expansão colonial e estender sua influência em todos os cantos do mundo. É a assim chamada “paz dos cem anos”. Naturalmente, também nesse arco de tempo não faltam as tensões e os conflitos entre as grandes potências, para não falar nos massacres dos quais elas se tornam responsáveis nas colônias. Resta o fato de que um desafio mortal à potência hegemônica será lançado somente um século depois do triunfo inglês de 1814. Para falar com o Lênin do *Imperialismo*: “Há meio século a Alemanha teria suscitado piedade se sua potência capitalista fosse comparada com aquela da Inglaterra de então”.¹⁷ Hoje, na verdade, é decididamente maior o hiato que separa a potência hegemônica em relação aos possíveis desafiadores. Deixemos a palavra ao historiador estadunidense Paul Kennedy:

O exército britânico era muito menor que os exércitos europeus, e até a Marinha real não ultrapassava, por tamanho, as duas Marinhas combinadas das potências que ocupavam o segundo e terceiro lugar – nesse momento, todas as outras Marinhas do mundo em conjunto não poderiam minimamente arranhar a supremacia militar americana.¹⁸

E não vamos esquecer que o extraordinário poder naval, somado ao controle das áreas mais ricas em petróleo e em gás natural, fornece aos EUA a possibilidade de cortar as vias de abastecimento energético aos inimigos potenciais. Desse ponto de vista, o Japão encontra-se em uma condição de fraqueza ainda pior do que a União Européia.

Nessas condições, não faz sentido permanecer perscrutando o horizonte em busca de nuvens de prelúdio de uma futura tempestade militar e de um futuro choque entre os EUA e a União Européia ou entre EUA e Japão. Quem pensa que o mundo tenha voltado à situação anterior a 1914 com o desaparecimento da União Soviética, ou seja, do país que surgiu com a revolução de Outubro e com a luta contra a carnificina da Primeira Guerra Mundial, deveria rever seus conceitos.

Um império planetário

Para além da mudança representada pela queda do colonialismo tradicional e pela existência de países e partidos de governo que continuam se filiando ao socialismo, profundas transformações intervieram também nas relações entre as grandes potências capitalistas. A guerra interimperialista da qual Lênin fala é o instrumento para redefinir as esferas de influência com base nas novas relações de força, que são o resultado da desigualdade do desenvolvimento. Em nosso presente histórico, pelo contrário, ganha cada vez mais nitidez a ambição dos Estados Unidos de construir um império planetário, a ser gerenciado de maneira solitária e exclusiva. Estamos na presença de um novo fenômeno. Certamente, no momento em que considerava possível liquidar rapidamente a União Soviética e, na onda dessa ulterior vitória, forçar a Grã Bretanha à capitulação, Hitler acariciava a idéia de usar a Europa continental, assim sujeitada e unificada, para lançar um desafio também contra os Estados Unidos, e conquistar a hegemonia mundial. Porém, tratava-se de ilusão de breve duração e, acima de tudo, de um projeto que, desde o começo, não tinha pernas para caminhar. Nos nossos dias, pelo contrário, os EUA já estão presentes em todos os lugares, com seus navios de guerra e com suas bases e, graças à enorme vantagem militar acumulada, com arrogância cada vez maior teorizam seu direito de intervir e ditar lei em todos os cantos do mundo. Na cultura estadunidense, já se tornou lugar-comum a referência ao império romano: este teria, agora, ressurgido para uma nova vida do outro lado do Atlântico, sem mais ter as limitações geográficas e temporais do passado, de maneira a consagrar o domínio perene da nação “única” e “eleita por Deus”. Para poder encarar essa ambição louca é, no entanto, necessário levá-la a sério: é enganador colocar no mesmo plano os Estados Unidos e as outras grandes potências capitalistas.

Kautsky e Negri teriam, então, razão quando falam, respectivamente, de “ultra-imperialismo” e de “Império”? Na realidade, o discurso do Império já unificado e o discurso, aparentemente contrário, do choque horizontal entre pólos imperialistas, surgem de um pressuposto comum: seria lícito falar em imperialismo somente na medida em que a rivalidade entre

as grandes potências capitalistas é tão aguda que deságua em conflito armado. Mas as coisas não se colocam nesses termos: durante a Guerra Fria, os Estados Unidos conseguiram, sem dúvida, hegemonizar inteiramente o mundo capitalista. Não por isso o imperialismo tinha desaparecido: em 1956, Washington tira proveito da crise de Suez para eliminar do Oriente Médio Inglaterra e França, as quais, todavia, são e se sentem tão fracas em relação ao seu “aliado” do outro lado do Atlântico, que acabam renunciando, sem opor grande resistência, a uma sua tradicional e importante área de influência. Após o término da guerra fria, o desequilíbrio de forças em favor da superpotência americana acentuou-se ainda mais. Mas isso não comporta de maneira alguma o desaparecimento do imperialismo.

Pelo contrário, hoje resulta instrutiva como nunca a polêmica de Lênin com Kautsky: o imperialismo não almeja a sujeição somente das áreas agrárias e das áreas periféricas; a busca de hegemonia pode tornar aguda a questão nacional até no próprio coração da Europa, como observa Lênin em julho de 1916, no momento em que, com as armadas guilherminas às portas de Paris, a guerra parece ter que se encerrar com uma vitória da Alemanha “de tipo napoleônico”.¹⁹ Nos nossos dias, os aspirantes a donos do mundo não se contentam em redesenhar radicalmente a geografia política dos Bálcãs e do Oriente Médio. Além da China, particularmente na alça de mira por sua história e sua ideologia, também a Rússia é ameaçada de desmembramento. Até no que concerne aos países de mais consolidada tradição capitalista, sua relação com a superpotência americana pode ser descrita somente em parte através da categoria de competição interimperialista. Pense-se, em particular, na Itália: os EUA podem controlá-la através das bases militares e com as tropas subtraídas à jurisdição ordinária, através de uma rede capilar de espionagem que se vale dos métodos tradicionais como da sofisticada tecnologia de Echelon, através dos atentados terroristas e da estratégia da tensão, que entra em ação no momento oportuno, através de sua forte presença econômica, com uma classe política que regurgita Quisling ou aspirantes a Quisling. Em 1948, na hipótese de uma vitória eleitoral da esquerda, a CIA aprontara planos para proclamar a independência da Sicília e da Sardenha: a dialética objetiva do imperialismo tende a tornar mais aguda a questão nacional no próprio coração da metrópole capitalista.

Além disso, por fracos que sejam, as hesitações e as reservas de alguns países europeus não nos permitem colocá-los no mesmo plano dos mais decididos instigadores da guerra: é o eixo Estados Unidos-Israel da agressão imperialista que está, de toda maneira, decidido a destruir não somente o Iraque, mas também o Irã, a Síria, a Líbia, para não falar na Palestina.

As relações de força no plano ideológico

No plano internacional, as relações de força, na esfera militar, estão claras. Porém, seria miopia ignorar a dimensão ideológica do problema. Para ampliar a base social de consenso no plano interno, para se projetar mais facilmente no externo e conseguir agrupar uma quinta coluna nos países controlados ou a serem controlados, uma grande potência imperialista precisa de um mito genealógico, deve conseguir se apresentar como a encarnação de uma missão superior à qual é tolo e criminoso tentar se opor.

No final do século XIX, depois de comemorar os prodigiosos sucessos conseguidos pela Alemanha no plano econômico, político e cultural, um fervente e influente chauvinista, isto é, Heinrich Von Treitschke, previa e desejava que o século XX se tornasse um “século alemão”. Nos dias atuais, já privado de qualquer crédito na pátria, esse mito preferiu emigrar para os Estados Unidos, onde foi calorosa e entusiasticamente acolhido: é notório que o “novo século americano” é a palavra de ordem agitada pelos círculos neoconservadores, que desempenham um papel tão importante na administração Bush e, mais em geral, pela cultura política estadunidense.

Diferenciando-se claramente da Alemanha de Guilherme, países como a França, a Inglaterra, a Itália e os Estados Unidos foram de encontro ao massacre da Primeira Guerra levantando a bandeira do “intervencionismo democrático”: a guerra era necessária para permitir o avanço, no plano mundial, da causa da democracia, para liquidar, nos impérios centrais, a autocracia e o autoritarismo, desenraizando, assim, de uma vez por todas, o flagelo da guerra. Comum, no passado, a todos os inimigos ocidentais da Alemanha, esse motivo ideológico se tornou, agora, um monopólio dos Estados Unidos: o país, que já com Jefferson aspirava à realização de “um império para a liberdade, como nunca se viu desde a criação até hoje”, que se orgulha de ter liberado o mundo, primeiro do totalitarismo nazifascista e depois do totalitarismo comunista, hoje se apresenta, usando as palavras de Bush, como a nação “eleita por Deus” como “modelo para o mundo” e com a tarefa de impor, em todo lugar, “democracias” e “livre mercado”.

Na história da Europa, o fascismo e o nazismo implicaram o surgimento de novos mitos genealógicos e de novas ideologias de guerra. “O Império voltou aos morros fatais de Roma”: com esse *slogan*, Mussolini enchia o peito e justificava a marcha expansionista e os crimes horrendos da Itália fascista. Porém, hoje, essa ideologia não goza mais de qualquer prestígio em nosso país. Pelo contrário, as forças mais reacionárias, aquelas empenhadas em desmantelar o Estado nacional junto ao social amam gritar: Roma ladrona! Mal

conhecido ou desprezado em sua terra de origem, o mito caro a Mussolini atravessou o Atlântico, e agora politólogos e ideólogos na moda não hesitam em apresentar os Estados Unidos como uma espécie de renascido império romano de tamanho planetário.

Enfim, o Terceiro Reich construiu sua ideologia sustentando-se amplamente nas tradições racistas dos Estados Unidos: contra a ameaça que faziam pesar sobre o Ocidente e a civilização os bolcheviques orientais e os povos coloniais e de cor por eles provocados, a Alemanha hitlerista amava se apresentar como o campeão da revanche branca e ocidental, assim como o país chamado a reafirmar a *white supremacy* em escala planetária e sob a hegemonia alemã. Essa ideologia voltou ao seu lugar de origem, mesmo que agora os Estados Unidos prefiram apresentá-la de maneira mais requintada: Hitler assumia a postura do campeão da supremacia, ou seja, da missão ocidental, branca ou ariana; hoje, é mais oportuno se limitar a falar em missão do Ocidente!

Concluindo. No plano ideológico, as relações de força estão desequilibradas em favor dos Estados Unidos de maneira ainda mais clara do que no plano militar. E, assim como no plano militar, também no ideológico a supremacia da única superpotência mundial tende a se tornar ainda mais evidente. Sustentada por um formidável aparelho multimídia, é em ato, em nível mundial, uma campanha maciça, cujo objetivo é claro e alarmante: assim como hoje se liquida, enquanto expressão de anti-semitismo qualquer crítica coerente à política de Israel, de maneira análoga, no futuro, qualquer crítica não estritamente episódica da política estadunidense terá que ser marcada enquanto expressão de um anti-americanismo tosco e antidemocrático! E assim, além do nível político-militar, a aliança entre Estados Unidos e Israel se solda ainda mais também no nível ideológico e, poder-se-ia dizer, até teológico: é sacrílego e blasfemo posicionar-se contra aquela que Bush, na linguagem do Antigo Testamento, define a “nação eleita por Deus”.

Trata-se de uma campanha que não escolhe, como alvos, somente os movimentos revolucionários: por se ter recusado a apoiar a guerra preventiva de Bush, a França não somente foi excluída da lucrativa “reconstrução” do Iraque e é atacada com outras represálias econômicas, mas é também apontada para o público como escárnio no plano internacional enquanto foco de anti-americanismo e de anti-semitismo! Ao poder de aniquilação nuclear, os Estados Unidos juntaram agora, também graças ao reforço da aliança com Israel, o poder de excomunhão, ou seja, de aniquilação ideológica e moral. E não se deve esquecer o fato de a campanha antifrancesa (e antieuropéia) lançada pelo outro lado do Atlântico poder contar com o apoio da própria França (e da própria Europa), em uma aliança nada insignificante!

Há um outro elemento, que não pode ser esquecido. Hoje, nos principais países europeus (Inglaterra, França, Itália, Espanha) manifesta-se uma agitação separatista, que pode,

às vezes, assumir a forma da luta armada; e, mais uma vez, são os Estados Unidos que decidem se esses movimentos devem ser inseridos na lista das organizações terroristas ou naquela dos movimentos de libertação nacional! Isto é, além da União Européia, Washington tem a possibilidade de desagregar os próprios Estados nacionais que a constituem.

Mas, então, que sentido faz evocar o espectro de um imperialismo europeu em crescimento, que se prepara para desafiar e derrotar a superpotência americana? Uma leitura doutrinária e escolástica de Lênin empurra na direção dessa política de ficção, é a convicção de que todo grande país capitalista pode desempenhar sempre e somente uma função imperialista. Mas essa não é a opinião de Lênin. Vimos que ele criou a hipótese, em 1916, no caso de uma “vitória de tipo napoleônico” do exército de Guilherme II, de uma guerra de independência e de libertação nacional liderada pela França, que, também, naquele momento, dispõe de um grande império colonial. Quatro anos depois, apresentando a edição francesa e alemã de seu *Imperialismo*, Lênin é obrigado a aceitar uma situação radicalmente nova: a competição pela a hegemonia mundial, “a partilha do “butim”, é feita entre dois ou três saqueadores (Inglaterra, América, Japão) de potência mundial, armados de cabo a rabo, que envolvem em *sua* guerra, para a partilha de *seu* butim, o mundo inteiro”. Não se fala, aqui, da França. Mas significativo, acima de tudo, é outro silêncio: submetida como foi à paz de Versailles, “bem mais brutal e infame” do que a paz de Brest-Litovsk, em 1920, a Alemanha não está inserida no número das potências mundiais imperialistas.²⁰ Claro, com a subida antes e a tomada do poder depois por parte do nazismo, a situação muda novamente, e de forma ainda mais radical. O Terceiro Reich consegue a “vitória de tipo napoleônico” que escapou a Guilherme II: por conseqüência, também um país capitalista avançado e com posses coloniais amplas, como é a França, transforma-se por sua vez em uma colônia ou em uma semicolônia da Grande Alemanha, e é, portanto, obrigada a se empenhar em uma guerra de libertação nacional, exatamente conforme a previsão ou análise de Lênin. Sem se deixar enjaular pela escolástica, os marxistas devem sempre proceder por uma análise concreta da situação concreta. Nos nossos dias, a luta contra o imperialismo é, essencialmente, a luta contra o imperialismo americano e contra o eixo Estados Unidos-Israel.

Tradução autorizada em maio de 2005

Notas

* O original italiano, “Esiste oggi un imperialismo europeo?”, foi publicado em *L’Ernesto. Rivista comunista*, setembro-outubro, 2004, pp. 56-62 e vertido para *Marxistische Blätter*, n.º 5, 2004, pp. 79-86.

** Professor de Filosofia da História e diretor do Instituto de Filosofia e Pedagogia da Universidade de Urbino, Itália. Autor do clássico *La comunità, la morte, l'Occidente. Heidegger e l'ideologia della guerra* (Itália, Bollati Boringhieri Editore, 1991). Várias obras foram editadas em nosso país, entre elas *Hegel, Marx e a tradição liberal* (São Paulo, Unesp, 1998); *Democracia ou Bonapartismo* (Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. UFRJ/Edusp, 2004).

*** Professora Doutora do Departamento de Física e Matemática, curso de Ciências da Informação, campus Ribeirão Preto, da USP.

**** Professora Doutora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, membro do Núcleo de Estudos da Complexidade da PUC-SP.

¹ Apud LÊNIN, V. I. *Opere Complete* – vol. XXII. Roma, Editori Riuniti, 1955, p. 189.

² *Ibid.*, p. 654.

³ ROYOT (org.), J.-P. M. D. *Histoire et civilisation des Etats-Unis. Textes et documents commentés du XVIIe siècle à nos jours*. Paris, Nathan, 1989, p. 179.

⁴ NEGRI, A. e HARDT, M. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2003.

⁵ Cf. “II Manifesto”, 15 de maio de 1999.

⁶ MARX, K. e ENGELS, F. *Werke* – vol. XXXI. Berlim, Dietz, 1955, pp. 228-9.

⁷ LOSURDO, D. La dottrina Bush e l'imperialismo planetario. *L'Ernesto. Rivista comunista*, novembro-dezembro, pp. 60-64.

⁸ KURT, J. e SAYEED, H. K. Le smisurate ambizioni dell'India. *Le Monde Diplomatique–II Manifesto*, julho, 2002, p. 22.

⁹ LAKSHMI, R. Hindu rewriting of history texts splits India. *International Herald Tribune*, 15 de outubro de 2002, p. 12.

¹⁰ Ver FRIEDMAN, G. e LEBARD, M. *The Coming War with Japan*. New York, 1991.

¹¹ JEAN, C. Le direttrici geostrategiche di Pechino. *Limes. Rivista italiana di geopolitica*, n.º1, Roma, 1995, p.121.

¹² MINI, F. Xinjiang o Turkestan orientale? *Limes. Rivista italiana di geopolitica*, n.º1, Roma, 1999, p. 92.

¹³ RICHARDSON, M. Asia Looks to Zhu for Sign of Backing Off On Spratlys *International Herald Tribune*, 22 de novembro de 1999, p. 5.

¹⁴ BROOKS, S. G. e WOHLFORTH, W. C. American Primacy in Perspective. *Foreign Affairs*, julho-agosto, 2002, pp. 20-33.

¹⁵ VENTURINI, F. Il rischio dell'Alleanza: diluita e sempre più americana. *Cooriere della Sera*. 23 de novembro de 2002, p. 5.

¹⁶ WOHLFORTH, L., *Opere Complete* – vol. XXII. Roma, Editori Riuniti, 1955, p. 308.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, pp. 294-295.

¹⁸ HIRSH, M. In Europa. *Limes. Rivista italiana di geopolitica* n.º 3, 2002, p. 71.

¹⁹ WOHLFORTH, L. *Opere Complete* – vol. XXII, op. cit., p. 308.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 193.